

PATRIMÓNIO

9. PROPOSTA RELATIVA AO CONTRATO DE COMODATO COM A CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA

Do **Vereador João Rodrigues**, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à celebração do contrato de comodato, com a **Cáritas Arquidiocesana de Braga**, de acordo com minuta que se anexa.



BRAGA
Município

VEREADOR JOÃO RODRIGUES

Planeamento e Ordenamento do Território, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inovação e Tecnologia, Inteligência Urbana

PROPOSTA

CONTRATO DE COMODATO COM A CÁRITAS ARQUIDIOCESANA

Submete-se à reunião do Executivo Municipal a proposta de celebração de contrato de comodato com a Cáritas Arquidiocesana, quem tem por objeto o edifício da antiga Escola EB1 de São Paio de Arcos, porquanto:

- i. a Caritas Arquidiocesana de Braga veio solicitar uma permuta entre um lote de terreno destinado a construção, de que é proprietária, e o edifício referido;
- ii. a pretensão teve na sua base a intenção de desenvolver no edifício da antiga escola um equipamento destinado ao acolhimento de emergência de públicos em situação de exclusão social e especial vulnerabilidade.
- iii. Mais refere a instituição em causa que o Instituto da Segurança Social aprovou a edificação do equipamento para aquela finalidade e que o IHRU identifica a mencionada necessidade social como premente e foi apresentada a candidatura ao PRR.

Pelo que,

- iv. uma vez que ainda não foi possível concretizar e formalizar a mencionada permuta, mas subsiste a premência da necessidade e a urgência na junção de elementos legitimadores da intervenção no edifício da antiga escola, a Caritas Arquidiocesana veio solicitar uma cedência do imóvel em causa por forma a instruir a candidatura ao PRR, sem prejuízo de se continuar a diligenciar no sentido de, posteriormente e logo que seja formalmente possível, materializar a permuta.

Assim,



BRAGA
Município

VEREADOR JOÃO RODRIGUES

Planeamento e Ordenamento do Território, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inovação e Tecnologia, Inteligência Urbana

Ponderando os princípios gerais da atividade administrativa, nomeadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé, e atendendo ainda ao princípio da boa administração que, no que toca a bens imóveis, compreende a sua conservação, valorização e rendibilidade, tendo em vista a prossecução do interesse público de assegurar o desenvolvimento de uma resposta de cariz social que é fundamental nos tempos conturbados e de instabilidade económica e social que se avizinham, e à urgência de encontrar uma solução em tempo útil de não desperdiçar o financiamento público, entendem os serviços municipais – designadamente, o Departamento de Controlo Financeiro - que a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta em anexo, é a melhor solução.

PROPONHO, assim, seja deliberada a celebração do contrato em causa, que se anexa.

O Vereador,

(João Rodrigues)

CONTRATO DE COMODATO

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através do desenvolvimento de um equipamento de cariz social destinado ao acolhimento de emergência de públicos em situação de exclusão social e especial vulnerabilidade

Considerando ainda que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

Primeiro Outorgante - Município de Braga, pessoa coletiva número 506901173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato.

e

Segundo Outorgante – Caritas Arquidiocesana de Braga, pessoa coletiva número 501 438 394, com sede na Rua dos Falcões nº 19, Freguesia S. João do Souto, concelho de Braga, neste ato devidamente representado pelo seu **x, com poderes para o ato.**

Disseram os outorgantes que é de livre e espontânea vontade que reciprocamente celebram o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:

1.ª

(Objeto)

1. A primeira outorgante é dona e legítima possuidora de um edifício escolar de Rés do Chão com duas salas de aula, sito no Largo do Centro Cívico no Lugar do Cruzeiro, União de Freguesias de Lomar e Arcos, inscrito na matriz nº 95, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 470/20150306.
2. O referido Imóvel destina-se ao acolhimento de emergência de públicos em situação de exclusão social e especial vulnerabilidade.

2.ª

(Finalidade)

1. Por este contrato, em regime de comodato, o primeiro outorgante autoriza o segundo outorgante a utilizar, a título gratuito, o imóvel identificado na cláusula anterior.

2. O segundo outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto deste comodato para o fim a que o mesmo se destina, ou seja, para o desenvolvimento de um equipamento para acolhimento de emergência de públicos em situação de exclusão social e especial vulnerabilidade.

3.ª

(Regime de Utilização)

1. O segundo outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente comodato para outro fim, se obtiver previamente a devida autorização por escrito do primeiro outorgante.

2. O segundo outorgante não poderá ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do primeiro outorgante para o efeito.

3. Finda a vigência do presente contrato, o segundo outorgante deverá entregar ao primeiro outorgante o imóvel, em bom estado de conservação e utilização.

4. A manutenção do imóvel fechado e/ou degradado e/ou sem utilização por um período superior a um ano, sem qualquer motivo justificativo e atendível, é fundamento para a cessação imediata do contrato por parte do primeiro outorgante.

4.ª

(Período de Vigência)

1. O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e por um período de 30 anos.

2. O contrato renova-se automaticamente por iguais períodos de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de 90 dias relativamente ao seu termo ou ao termo de qualquer das suas renovações.

5.ª

(Obras)

1. O primeiro outorgante autoriza, desde já, o segundo outorgante a fazer, no local, as obras e benfeitorias necessárias ou convenientes para o fim a que está destinado.
2. As obras e benfeitorias que forem executadas pelo segundo outorgante, passarão a fazer parte integrante do prédio e, findo o contrato, pertencerão ao primeiro outorgante sem direito a qualquer indemnização ao segundo outorgante.

6.ª

(Obrigações Legais)

O segundo outorgante fica vinculado a todas as obrigações legais que, na qualidade de comodatário, sobre ele impendem, nomeadamente as previstas nos artigos 1135.º e 1136.º, do Código Civil.

7.ª

(Omissões)

Em tudo o que este contrato for omissivo ou não regular de modo diverso, aplica-se a lei geral e em especial as disposições do Código Civil relativas ao comodato.

8.ª

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Braga, 25 de outubro de 2022

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Caritas Arquidiocesana de Braga,

(x)